



CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

Estado de São Paulo

Planilha Prova de Conceito Sistema de Controle Interno

ANEXO X

PLANILHA PROVA DE CONCEITO

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO			
Objetivo: O Sistema de Controle Interno Web deve realizar o gerenciamento das rotinas de verificação orientadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através de verificações automáticas em razão da importação dos arquivos "xml" gerados para atendimento do AUDESP (auditora eletrônica do TCE/SP) e verificações manuais, com a consequente emissão de Pareceres, para atendimento do quanto disposto na legislação de regência, em especial as Instruções 02/2016, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.			
Tecnologia Cliente (Software)		Atende	Não Atende
1.	O software deverá dispor de interface totalmente WEB (utilizado via browser).	Obrigatório	
2.	Suportar no mínimo os Browsers: Microsoft Internet Explorer ou Google Chrome.	Obrigatório	
3.	O software deverá utilizar apenas <i>Standards de web</i> internos aos Browsers, sem recursos a plug-ins externos como: flash, Java ou execução de programas de terceiros.	Obrigatório	
4.	Ser compatível com maior parte dos celulares com telas coloridas e suporte para internet, tais como: Android, Apple IOS e Windows Phone.	Obrigatório	
5.	Ser compatível com Tablets, suportando no mínimo o IPAD da Apple e Tablets com sistema operacional Android 4.0 (ou superior).	Obrigatório	
6.	Validar os dados de entradas, com objetivo de inibir falha na digitação das informações, onde deve destacar, de forma interativa para o usuário, o campo indicado com erro, possibilitando a reentrada dos dados válidos.	Obrigatório	
7.	Permitir acesso ilimitado de usuários.	Desejável	
8.	Possuir recurso de ordenação por qualquer coluna em telas que possuem exibição das informações em grades.	Obrigatório	
9.	Possuir recurso de aplicar e armazenar os filtros de pesquisa tornando estáticos na sessão do usuário, possibilitando o reaproveitamento dos filtros de pesquisa utilizados.	Obrigatório	
10.	Possuir tecnologia que possibilite integrar os arquivos eletrônicos em formato XML, com estrutura estabelecida pelo AUDESP (Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), devendo obrigatoriamente recepcionar os seguintes arquivos: <i>Balancete Isolado Conta Contábil, Balancete Isolado Conta Corrente, Cadastros Contábeis e Peças de Planejamento</i> . Cabe ressaltar, que todos os órgãos públicos municipais do Estado de São Paulo devem atender a INSTRUÇÕES Nº 02/2008 TC-A-40.728/026/07, que estabelecem que os dados e informações deverão ser prestadas de forma eletrônica em formato de arquivo XML, conforme especificações contidas no Manual técnico-operacional do Sistema AUDESP publicado na página da Internet do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A partir da importação dos arquivos XML o software deverá efetuar a distribuição dos dados contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial para extrair as análises automáticas do controle interno, sendo essa a fonte de dados definida para análise dos quesitos de avaliações automáticas do controle interno, onde deve atender a metodologia do TCESP e expressar a fidedignidade das informações dos Órgãos Públicos, que foram ou serão remetidas ao AUDESP, permitindo assim, que sejam avaliados os dados a serem ou encaminhados ao Tribunal de Contas de Contas de São Paulo.	Obrigatório	



CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

Estado de São Paulo

Planilha Prova de Conceito Sistema de Controle Interno

Requisitos Técnicos		Atende	Não Atende
11. Permitir o registro de várias áreas setoriais de atuação pública, para atender as exigências para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, na conformidade do Manual de Controle Interno publicado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em Setembro de 2013, atualizado em Fevereiro em 2015, objetivando atender o art. 70 da CF/88, Ato Normativo Nº 005/2014 – Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, e Comunicado SDG Nº 32/2012 – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;	Obrigatório		
Atender no mínimo as seguintes áreas de atuação:		Atende	Não Atende
12. Sistema de Controle Interno;	Obrigatório		
13. Planejamento das Políticas Públicas - Legislação Local;	Obrigatório		
14. Gestão Orçamentária - Fiscalização e Legalidade;	Obrigatório		
15. Restos a Pagar - Inscrição e Controle;	Obrigatório		
16. Avais e Garantias - Concessão e Controle;	Obrigatório		
17. Direitos e Haveres – Tesouraria;	Obrigatório		
18. Direitos e Haveres - Arrecadação, Dívida Ativa e Renúncia de Receitas;	Desejável		
19. Controle Patrimonial e Alienação de Ativos;	Obrigatório		
20. Despesas com Pessoal - Limites e Concessão de Vantagens;	Obrigatório		
21. Tomada de Contas dos Ordenadores de Despesa, Recebedores, Tesoureiros, Pagadores ou Assemelhados;	Obrigatório		
22. Cumprimento dos Limites de Despesas do Legislativo;	Obrigatório		
23. Compras, Licitações e Contratos administrativos;	Obrigatório		
24. Acesso à Informação e Transparência das Contas Públicas;	Obrigatório		
25. Aplicação de Recursos Vinculados;	Desejável		
26. Encargos Sociais – Adimplemento;	Obrigatório		
27. Permitir parametrização dos quesitos de avaliações automáticos e ou manuais, que se enquadrem à realidade da administração ou que a administração julgar conveniente, de forma a padronizar a execução das checagens, alocados em cada área setorial, a fim de controlar com maior eficiência todos os procedimentos, objetivando o uso das mesmas nas avaliações do controle interno;	Obrigatório		
Possuir, no mínimo, os seguintes controles nos quesitos de avaliações:		Atende	Não Atende
28. Controle de Checagem (Define se o quesito recebe avaliação ou trata de um tópico de legenda)	Obrigatório		
29. Controle de Apuração (Automática e/ou Manual);	Obrigatório		
30. Controle de Resposta;	Desejável		
31. Controle de Justificativa (Deve ser aferido exclusivamente com a condição da resposta).	Desejável		
32. Controle de Periodicidade de Exame;	Desejável		
33. Controle de Grau da Pergunta;	Desejável		
34. Controle de Ordem de Impressão;	Desejável		
35. Permitir cadastro de respostas, que podem ser feitas de forma manual ou automática. Para os quesitos de avaliações automáticas, o sistema deve buscar informações diretamente dos arquivos XML do TCESP, atendendo as premissas das fórmulas dos demonstrativos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;	Obrigatório		
36. Permitir a vinculação de determinadas áreas setoriais com os responsáveis	Obrigatório		



CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

Estado de São Paulo

Planilha Prova de Conceito Sistema de Controle Interno

pela execução, de forma que outras pessoas não tenham acesso a tais quesitos de avaliações, proporcionando a segregação de avaliações aos seus respectivos responsáveis;			
37. Permitir registrar o parecer sintético do responsável da área setorial somente quando todos os quesitos de avaliações alocados para área setorial estiverem concluídos;	Obrigatório		
38. Permitir verificação de inconsistências apresentadas nos principais fluxos de controle, objetivando encontrar os prováveis erros e direcionar uma melhor tomada de decisão;	Obrigatório		
39. Permitir que cada responsável pertinente a cada área setorial tenha acesso somente aos quesitos de avaliações credenciados;	Obrigatório		
40. Permitir ao gestor do controle interno, visualizar todas as respostas das avaliações das demais áreas setoriais e assim tratar das inconsistências com os mesmos;	Obrigatório		
41. Permitir ter o fluxo das inconsistências com os demais setores para que assim sejam tomadas as devidas providências com a sua respectiva situação: Concluído, Em Andamento, Aguardando Parecer Conclusivo;	Obrigatório		
42. O sistema deve estar dimensionado e adaptado às NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público);	Obrigatório		
43. Permitir gerar formulário "Preventivo" para as áreas setoriais, com o objetivo de acautelar ou impedir a sequência de atos, para que assim sejam tomadas as providências com a respectiva situação dos quesitos de avaliação, objetivando a eficiência para conclusão do parecer do controle interno;	Obrigatório		
44. Permitir anotar justificativa na avaliação dos quesitos, que deverão ser aferidas automaticamente conforme a resposta, atendendo a parametrização do cadastro de controle de resposta, para que assim seja condicionada a obrigatoriedade da explicação sob uma condição do item em exame;	Obrigatório		
45. Permitir controlar a tempestividade (data início e data término) das respostas dos quesitos de avaliação para áreas setoriais;	Obrigatório		
46. Permitir a estilização de novos quesitos de avaliações, simplificado ou completo, a fim de criar novos fluxos de controle, objetivando abrangência sob o controle interno;	Desejável		
47. Permitir ao Controle Interno o cumprimento de sua missão para com a Administração Pública por meio de quesitos de avaliações que norteiam e orientam a efetiva atuação do Controle Interno;	Desejável		
48. Permitir gerar e aferir a avaliação dos quesitos manuais, conforme a periodicidade da Administração;	Desejável		
49. Permitir gerar relatório de avaliação do controle interno, aferindo a seleção dos quesitos "Automáticos", "Manuais" e ou "Ambos";	Obrigatório		
50. Permitir registro dos históricos de avaliações do controle interno, permitindo as averiguações das informações dos pareceres conclusivos processados;	Obrigatório		
51. Permitir configuração de assinaturas individualizadas nos relatórios;	Obrigatório		



CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

Estado de São Paulo

Planilha Prova de Conceito Sistema de Controle Interno

<p>52. Permitir cadastro de hipóteses de avaliação para um quesito automático, sendo possível vincular várias hipóteses de verificação para atender uma única análise. Por exemplo: Quesito de Avaliação: “Foram efetuadas previsões de repasses de duodécimos ao Legislativo que ultrapassam os limites definidos no art. 29-A, da CF. ?”; Sob essa avaliação temos várias hipóteses para atender o Artigo 29-A, da CF, a fim de assegurar a percepção do repasso do duodécimo, em harmonia aos preceitos constitucionais, bem como aos princípios da legalidade e moralidade administrativa:</p> <p><i>Art. 2º O art. 29-A Constituição Federal.</i></p> <p><i>I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;</i></p> <p><i>II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;</i></p> <p><i>III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;</i></p> <p><i>IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;</i></p> <p><i>V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;</i></p> <p><i>VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.</i></p>	Obrigatório		
<p>53. Permitir registro de informações adicionais no cadastro da entidade tais como; Número de Habitantes do município, Salário do deputado estadual, percentual do limite suplementar da LOA, etc.</p>	Obrigatório		
<p>54. Permitir parametrização de nota explicativa em cada quesito de avaliação automática, vinculado a uma hipótese de avaliação, a fim que possa exemplificar o memorial de cálculo aplicado na avaliação;</p>	Obrigatório		
<p>55. Possuir cadastros pré-estabelecidos de quesitos de exames manuais, e permitir a administração julgar conveniente, e de forma a padronizar e criar os seus fluxos de controle com novos quesitos de avaliação para atender as áreas setoriais;</p>	Obrigatório		
<p>56. Possuir no mínimo os quesitos de exames manuais pré-estabelecidos no Manual de Controle Interno publicado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;</p>	Obrigatório		
<p>57. Permitir emissão do parecer de controle interno somente dos itens manuais, e/ou somente emissão dos itens automáticos, e/ou somente emissão dos itens manuais e matemáticos.</p>	Obrigatório		
<p>58. O parecer do controle interno deve exibir de forma visual métodos gráficos objetivando a fácil visualização do atendimento aos preceitos da legislação julgada pelo quesito de avaliação naquele momento.</p>	Obrigatório		
<p>59. Possuir controle de complexidade que é vinculado a cada item permitindo configurar números de dias por complexidade a fim de limitar uma quantidade de dias que cada área setorial terá de responder os quesitos de avaliação gerados naquele período.</p>	Desejável		
<p>A partir dos dados importados através do arquivo com extensão “xml”, possibilitar a emissão dos seguintes relatórios:</p>		Atende	Não Atende



CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

Estado de São Paulo

Planilha Prova de Conceito Sistema de Controle Interno

60. Evolução da Receita Prevista, Atualizada e Arrecadada , contendo: Tabela e gráfico de evolução da receita prevista; Tabela e gráfico de evolução da receita atualizada; Tabela e gráfico de evolução da receita arrecadada.	Obrigatório		
61. Distribuição das Principais Receitas , contendo: Tabela e gráfico de distribuição das principais receitas; Tabela e gráfico de distribuição das receitas correntes, de capital e intra-orçamentárias.	Obrigatório		
62. Evolução das Principais Receitas , contendo: Tabela e gráfico das receitas correntes; Tabela e gráfico das receitas de dedução; Tabela e gráfico das receitas de capital; Tabela e gráfico das receitas intra-orçamentárias.	Obrigatório		
63. Evolução da Despesa Fixada, Atualizada e Empenhada , contendo: Tabela e gráfico da despesa fixada; Tabela e gráfico da despesa atualizada; Tabela e gráfico da despesa empenhada.	Obrigatório		
64. Análise Orçamentária por Categoria Econômica , contendo: Tabela das receitas e das despesas por categoria econômica; Demonstrativo da comparação da receita prevista com a arrecadada; Demonstrativo das despesas previstas com as despesas realizadas.	Desejável		
65. Mensal da Despesa no exercício , contendo: Tabela mensal da despesa empenhada, liquidada e paga; Gráfico da despesa empenhada, liquidada e paga mensalmente; Gráfico de empenhos liquidados e não liquidados a pagar por mês.	Desejável		
66. Despesa por Função Sub-Função , contendo: Tabela da despesa no exercício por função e sub-função; Gráfico de controle de saldo de dotações por função; Gráfico de despesa empenhada, liquidada e paga por função; Gráfico de empenhos liquidados e não liquidados a pagar, por função.	Desejável		
67. Despesa por Categoria Econômica e Elemento de Despesa , contendo: Tabela da despesa no exercício por categoria econômica e elemento de despesa; Gráfico de controle de saldo de dotações por categoria econômica; Gráfico de despesas empenhadas, liquidadas e pagas por categoria econômica; Gráfico de empenhos liquidados e não liquidados a pagar, por categoria econômica.	Desejável		
68. Despesa por Fonte de Recurso , contendo: Tabela da despesa no exercício por fonte de recurso; Gráfico de despesa empenhada, liquidada e paga por fonte de recurso; Gráfico de empenhos liquidados e não liquidados a pagar, por fonte de recurso.	Desejável		
A partir dos dados importados através do arquivo com extensão "xml", possibilitar a emissão dos seguintes relatórios mínimos quanto a Restos a Pagar:		Atende	Não Atende
69. Restos a Pagar Mensal , contendo: Tabela mensal dos restos a pagar no exercício; Gráfico de empenhos de restos a pagar pagos e cancelados; Gráfico de empenhos de restos a pagar comparados com disponibilidades financeiras.	Obrigatório		
70. Restos a Pagar por Função e Sub-Função , contendo: Tabela dos restos a pagar por função e sub-função; Gráficos dos empenhos de restos a pagar pagos e cancelados por função; Gráficos dos empenhos de restos a pagar, pendentes de pagamento, por função.	Obrigatório		
71. Restos a Pagar por Categoria Econômica e Elemento de Despesa ,	Desejável		



CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA

Estado de São Paulo

Planilha Prova de Conceito Sistema de Controle Interno

contendo: Tabela dos restos a pagar por categoria econômica e elemento de despesa; Gráficos dos empenhos de restos a pagar pagos e cancelados por categoria econômica e elemento de despesa; Gráficos dos empenhos de restos a pagar, pendentes de pagamento, por categoria econômica e elemento de despesa.			
72. Restos a Pagar por Fonte de Recurso , contendo: Tabela dos restos a pagar por fonte de recurso; Gráficos dos empenhos de restos a pagar pagos e cancelados por fonte de recurso; Gráficos dos empenhos de restos a pagar, pendentes de pagamento, por fonte de Recurso.	Desejável		
A partir dos dados importados através do arquivo com extensão “xml”, possibilitar a emissão dos seguintes relatórios mínimos quanto ao Financeiro:		Atende	Não Atende
73. Análise Financeira , contendo: Tabela mensal da receita arrecadada, despesas do exercício e despesas de restos a pagar de exercícios anteriores comparados às disponibilidades financeiras; Gráfico do comportamento da despesa x receita; Gráfico do comportamento de toda a despesa a pagar x disponibilidades financeiras.	Obrigatório		
A partir dos dados importados através do arquivo com extensão “xml”, possibilitar a emissão dos seguintes relatórios mínimos quanto aos dados com Pessoal:		Atende	Não Atende
74. Evolução da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 (doze) meses , contendo: Tabela da Receita Corrente Líquida realizada nos últimos 12 (doze) meses; Gráfico da evolução da Receita Corrente Líquida realizada nos últimos 12 meses.	Obrigatório		
75. Evolução das Despesas com Pessoal nos últimos 12 (doze) meses , contendo: Tabela da despesa líquida de pessoal nos últimos 12 (doze) meses; Gráfico da evolução da despesa líquida de pessoal nos últimos 12 (doze) meses.	Obrigatório		

RESUMO GERAL AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

EXIGÊNCIAS		AVALIAÇÃO		
SUBQUESITOS		ATENDEU	NÃO ATENDEU	Resultado
OBRIGATÓRIO	56			
DESEJÁVEL	19			
TOTAL	75			

Diadema, ____/____/2022.

Comissão Técnica/Apoio

Nome: _____ Assinatura _____

Nome: _____ Assinatura _____

Nome: _____ Assinatura _____

Nome: _____ Assinatura _____